DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal de Miguel Calmon



ÍNDICE DO DIÁRIO

DECRETO



DECRETO Nº 011/2024- "DISCIPLINA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, PREVISTA NA LEI Nº 695/2022, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"



"Disciplina o processo seletivo simplificado para a contratação de servidor temporário, prevista na lei nº 695/2022, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 37, IX da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na lei municipal nº 695/2022;

CONSIDERANDO que o direito do aluno com necessidade educativa especial e de todos os cidadãos à educação tem previsão constitucional, no seu art. 205, sendo dever do município garantir o acesso à educação, valorizando as diferenças, fortalecendo a identidade individual e coletiva, bem como respeitando o ato de aprender e construir;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária por excepcional interesse público e a inexistência de candidatos aprovados aguardando nomeação para o cargo de cuidador;

- Art. 1º Fica autorizada a realização de processo seletivo simplificado para preenchimento de vagas de caráter temporário e formação de cadastro de reserva na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Miguel Calmon, nos termos da lei municipal nº 695/2022, para o cargo de Cuidador.
- Art. 2º O processo seletivo simplificado para contratação temporária no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Miguel Calmon reger-se-á pelas normas deste Decreto.
- Art. 3º Os candidatos aprovados, mas, não classificados para admissão imediata, integrarão um cadastro de reserva e poderão ser aproveitados gradualmente, de acordo com a necessidade e a conveniência da Administração Pública Municipal, durante todo o período de vigência do respectivo processo seletivo.
- Art. 4º A contratação de servidor temporário será feita mediante a aplicação do processo seletivo simplificado, que poderá ser realizado através de análise curricular.
- § 1º A critério da administração, poderão ser estabelecidas outras etapas, tendo em vista as atividades da função para a qual se dará a contratação;
- § 2º A análise do *curriculum vitae* será feita através de aplicação de sistema de pontuação, previsto no edital pertinente ao processo seletivo que venha a ser realizado;
- § 3º Os critérios que deverão ser observados na entrevista deverão ser previstos no respectivo edital:

Av. Odonel Miranda Rios, 45, 1º andar - Centro - 44720-000 - Miguel Calmon – Bahia Tel.: 74. 3627-2121 www.miguelcalmon.ba.gov.br



MIGUEL CALMON

OSSA TERRA, NOSSA GENT CNPJ 13.913.363/0001-60

§ 4º - A Comissão organizadora instituída através deste Decreto será responsável por planejar, coordenar e executar o processo seletivo simplificado, sendo vedada a participação de servidores que tiverem cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, concorrendo às vagas do processo seletivo que será realizado.

Art. 5° - O edital do processo seletivo simplificado deve conter, entre outros tópicos:

I - O Cronograma;

II – As funções ofertadas para a contratação;

III – Requisitos de escolaridade;

IV – Remuneração da função;

V - Lotação;

VI - Critérios de avaliação do curriculum vitae, com a respectiva pontuação;

VII - número de vagas;

VIII - descrição das atividades;

IX – período de contratação;

X – prazo de validade;

XI – critérios de desempate; e

XII – outras etapas de avaliação, se for o caso.

Paragrafo Único - Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) Ter tido a maior nota na soma dos itens Curso de Graduação Concluído e Experiência profissional na área de atendimento no serviço público;
- b) Ser o mais idoso.

Art. 6° - O candidato deve satisfazer, dentre outras, as seguintes condições mínimas:

I – ser brasileiro nos termos da Constituição;

II – ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III - estar em pleno exercício dos direitos políticos;

IV – possuir escolaridade exigida para a função;

V – estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

VI – apresentar atestado de aptidão física e mental;

VII – não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público;

VIII – não ter sido demitido por justa causa, nos termos da legislação trabalhista, da Administração Pública, nos últimos cinco anos;

IX – não ter vínculo jurídico com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com os Poderes Legislativo e Judiciário, com os Tribunais de Contas e os órgãos do Ministério Público, salvo nas hipóteses de acumulação lícita previstas na Constituição Federal, desde que exista compatibilidade de horário.

Art. 7º - Ficam nomeados para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado que se realizará no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Miguel Calmon, os seguintes servidores:

- a) Audacy Batista Requião Presidente;
- b) Kelly Roberta Souza Queiroz Membro;

e) Clécia Oliveira da Silva Gomes - Membro.

- c) Ana Rita Barreto Andrade Membro;
- d) Adelvar José Rios Santos Membro;

Av. Odonel Miranda Rios, 45, 1º andar - Centro - 44720-000 - Miguel Calmon – Bahia

AV. Odonel Miranda Rios, 45, 1º andar - Centro - 44/2U-UUU - Miguel Caimon – Ban Tel: 74. 3627-2121 www.miguelcalmon.ba.gov.br



- $\S\ 1^o$ A Comissão Organizadora tem como principais atribuições:
- I receber, processar e avaliar a documentação exigida no processo seletivo;
- II elaborar após o julgamento, lista de classificado no processo; e,
- III encaminhar lista de classificação final a autoridade superior.
- § 2º O processo seletivo simplificado reger-se-á pelas disposições contidas no edital publicado no diário oficial do município cabendo a Comissão Organizadora decidir sobre os casos eventualmente omissos.
- § 3º A Comissão Organizadora do processo seletivo tem autonomia para decidir sobre as questões relativas à sua aplicação, podendo praticar os atos inerentes ao mesmo, para sua realização efetiva, devendo todas as medidas ser amparadas na legislação vigente.
- § 4º Das decisões da Comissão Organizadora cabem recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ciência pelo interessado.
- \S 5° Os membros ora nomeados cumularão suas funções com seu cargo de origem, sem recebimento de vencimento adicional.
- Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Miguel Calmon, em 21 de fevereiro de 2024.

José Ricardo Leal Requião Prefeito Municipal

Av. Odonel Miranda Rios, 45, 1º andar - Centro - 44720-000 - Miguel Calmon – Bahia Tel.: 74. 3627-2121 www.miguelcalmon.ba.gov.br